

PREFÁCIO

Carlos Cardoso

Educar para a globalização: resistências e possibilidades

A educação para os media é, em geral, entendida enquanto etapa e meio para a educação para a cidadania. Nas suas diversas formas, os media, estão presentes, desde bem cedo, na vida das pessoas e, por isso, são determinantes na formação de cidadãos. No entanto, o efeito dos media é qualitativamente muito diferente em função dos grupos sociais e das desiguais capacidades dos recetores e utilizadores para aceder e fazer escolhas face ao enorme acervo de informação e de ofertas disponíveis através dos referidos media. Estas evidências acentuam a necessidade de a escola reforçar, criativa e permanentemente, o seu papel de facilitador na utilização das imensas possibilidades oferecidas pelos media, promovendo uma educação para escolhas valorativamente ponderadas face aos seus conteúdos. Não parece que tal esteja a acontecer de modo significativo.

A escola tem tido em relativa conta os media enquanto meio curricular, mas tem tido em menos conta a educação para fazer escolhas face às ofertas. Nem mesmo os documentos orientadores de formação inicial de docentes (ex., o perfil geral de desempenho de educadores de infância e dos professores dos ensinos básico e secundário, 2001) dão relevância suficiente a competências orientadas para a educação para uma sociedade mediática global.

Hoje, a escola desenvolve a sua ação num quadro de fundo globalizado feito de circulação ilimitada de pessoas, ideias, informações, conhecimentos e valores e de emergência de novas identidades e cidadanias. É um mundo novo de imensas opções, de encontros e desencontros, de novas possibilidades, de novos destinos e de novas identidades. A capacidade para avaliar e fazer as melhores escolhas é crucial para a definição do percurso de cada um, para a (re)configuração da sua identidade e da sua cidadania, em função das suas vivências num mundo em rede global. E este é, obrigatoriamente, um campo em que a escola deve mover-se e estar presente.

1. Educar para escolher. São óbvias as vantagens da globalização e dos meios que a facilitam e a aprofundam, como a *web*, mas são menos óbvias ou mais subvalorizadas algumas das suas desvantagens. Espera-se que a sociedade em geral, as famílias, a escola e os professores lidem com esta ambivalência. A generalização no acesso à *internet* e a outros meios de comunicação global, a abundância de informação disponível e a facilidade e imediatismo no seu uso, tendem a atenuar a atenção dos utilizadores e a estimular atitudes de pesquisa superficial, desvalorizando a avaliação e a escolha de informação mais adequada e credível. A necessidade de fazer escolhas, valorativamente ponderadas, amplia-se face a informações, ideias e valores contraditórios entre si. De facto, a *web* pode estar ao serviço (e está) de movimentos contrários à promoção dos direitos humanos que geram violência e ofendem a dignidade e os direitos humanos.

As possibilidades de cada pessoa realizar escolhas em função dos seus interesses e formação reforçam-se pelas características dos meios técnicos ao serviço da *web* e pela facilidade e liberdade na sua utilização. A maioria da informação disponível não chega aos utilizadores eticamente filtrada. Independentemente dos seus interesses e valores, qualquer pessoa pode divulgar o que desejar através da rede. A *internet* não foi concebida enquanto agente de educação e de formação pessoal e social embora possua um enorme potencial para esse efeito. O modo como tem sido tecnicamente concebida e desenvolvida supõe que os cidadãos dispõem já dessa formação que lhes permite utilizá-la e realizar com liberdade e responsabilidade, as suas escolhas face à enorme diversidade de informação disponibilizada. Trata-se de um instrumento técnico que abriga dados e permite a conceção, troca e divulgação de conteúdos. Poder-se-á dizer que a *internet*, na sua expressão técnica, é eticamente neutra. Este é mais um aspeto que reforça a importância do modo como aqueles meios devem ser integrados no processo de socialização das crianças e jovens e na preparação dos professores. Mais do que ensinar o manuseamento técnico dos computadores, cabe à escola, aos professores e às famílias, garantir que as abordagens dos conteúdos sejam realizadas de acordo com pressupostos científicos, culturais, éticos e sociais e como vias de formação cívica.

Numa recente entrevista, Umberto Eco (Expresso, 18 abril, 2015) afirmava que “é impossível pensar o futuro se não nos lembrarmos do passado. Da mesma forma, é impossível saltar para a frente se não se der alguns passos atrás. Um dos problemas da atual civilização – da civilização da *internet* – é “a perda do passado”.

8

Sobre a grande disponibilidade de informação que a *internet* nos proporciona, Eco acrescenta que “isso equivale a zero, porque não sabemos selecionar”. Compara esta imensa disponibilidade de informação com uma orquestra de mil instrumentos que só faz barulho e nunca uma melodia. Ainda citando Eco, 2015, “O que temos agora é um barulho generalizado, no meio do qual estamos a perder conhecimento do passado, mesmo do passado próximo. A geração *internet* é “incapaz de olhar para trás a não ser através da Wikipédia. Mas olhar para trás sem pensamento crítico não serve de nada...”

Embora não comungando do extremo pessimismo de Eco, as suas palavras deixam referências explícitas sobre alguns efeitos indesejáveis da *web* quando os seus conteúdos são acriticamente consumidos. Contraditoriamente, numa época em que não é possível aceder a informação de qualidade e construir conhecimento, aprofundar e generalizar a memória coletiva de um povo, sem o recurso às novas tecnologias, o mau uso dos mesmos meios servem também para trivializar o conhecimento. A aceitação acrítica dos conteúdos da *web* como positivos e o imediatismo do seu uso, contribuem para uma desvalorização (in)consciente dos seus efeitos indesejáveis mais ou menos marginais.

Face ao exposto, impõe-se a necessidade de um pensamento muito mais profundo acerca do uso educativamente útil da *internet* e de consequentes práticas educativas orientadas para uma educação para fazer escolhas.

2. Cidadanias: entre o nacional e o global. Hoje, o tempo e o espaço, a pessoa, o grupo, a cidade, a nação e o globo não podem ser pensados separadamente. Os acontecimentos locais com relevância têm propagação global imediata. Está facilitada a possibilidade

individual de participação em movimentos, questões e problemas de importância humanitária, ambiental, económica e política. Através das suas diversas expressões e suportes, a globalização tem facilitado a circulação global de ideias e de pessoas, a constituição de grupos e de comunidades e a aproximação de regiões, distantes entre si, mas com interesses comuns, aumentando o seu poder de afirmação até ao nível global.

Nos dias de hoje, adquirem particular importância e visibilidade a afirmação de princípios e práticas de defesa de direitos humanos, o reconhecimento dos direitos de minorias, o combate ao racismo, xenofobia e quaisquer outros preconceitos e discriminações. Paralelamente, tem-se ampliado a possibilidade de participação cívica e a emergência de novos sentidos de cidadania. Aumenta também a necessidade de (re)contextualizar o sentido da cidadania nacional no mundo global. A importância global daqueles movimentos, questões e problemas e os meios de comunicação que a viabilizam, impelem cidadãos de qualquer lugar a neles participar. A participação enquanto elemento essencial de qualquer cidadania é, pois, uma vantagem proporcionada pela sociedade em rede. Aumentam, neste ambiente, os sentimentos de pertença a diferentes comunidades de interesse, forjando sentimentos de novas cidadanias. Neste contexto, parece não ser possível uma educação para (qualquer) cidadania sem uma educação para a globalização.

Nas escolas deve, assim, permanecer e ampliar-se o desafio de educar, no quadro de fundo da globalização, promovendo novos sentidos de cidadania resultantes da maior aproximação de pessoas, povos e culturas distantes entre si, mas tendo também em conta o reverso da medalha onde se inclui, por exemplo, a dispersão e fragilização do sentido de identidade e de cidadania nacional.

Na verdade, as pessoas estão cada vez mais espartilhadas entre ideais de pertença simultânea a diferentes cidadanias – nacional, europeia e global – sem que muitas possam delas usufruir com plenitude.

A crescente evocação dos vagos conceitos de cidadanias europeia e global corresponde, com frequência, a uma crescente diluição e indefinição do conceito de cidadania nacional. O sentimento de proximidade e de comunidade de interesses com o distante e com o global só pode ser sentido com realismo se vivermos e sentirmos com plenitude a nossa realidade local e a nossa própria identidade.

A cidadania, qualquer que seja o seu âmbito, enquanto ideia e exercício, é um processo cumulativo, produto de contínuas socializações que começa na realidade local e nacional de cada um e, de modo integrado e interdependente, abrange outras realidades sociais, económicas, históricas e geográficas. Trata-se de conhecer, sentir e valorizar a proximidade e os próprios traços identitários e de, com eles, abrir-se à participação numa sociedade mais global. Cidadanias e identidades nacionais frágeis limitam a capacidade de discussão e afirmação em contextos mais alargados e limitam ou impedem sentimentos e vivências de outras cidadanias. Sem uma consistente formação em história e geografia do local e da nação onde nascemos e crescemos e sem um sentido claro de cidadania nacional, não parece possível construir sobre pouco ou nada, outras cidadanias.

3. *O (ir)realismo de uma cidadania europeia.* Vivemos uma fase de colisão de cidadanias e identidades – global, europeia, nacional. Neste confronto está a tornar-se claro que o usufruto dessas cidadanias não é crítica e realisticamente realizável sem que cada um de nós tenha as atitudes e os sentimentos fundamentais para, em primeiro lugar dar sentido e viver uma cidadania nacional. A ideia de uma cidadania europeia nunca foi muito consistente e, mesmo assim, depois de grandes expectativas, tem vindo a desvanecer-se no imaginário de muitos europeus. Na realidade, a Europa nunca foi um continente de paz por muitas décadas sucessivas. A União Europeia, nas suas versões originais, foi criada para a poder preservar. E, de facto, tem vindo a assegurar o período de paz mais longo no continente. Desde a sua criação até hoje, tem sido possível manter um clima de unidade, evitando o ressurgimento de tensões historicamente recorrentes.

O projeto de uma cidadania europeia, embora incompleto e frágil, tem permitido beneficiar de alguns dos fatores que caracterizam uma tal cidadania. Mas, como existe, não deixa de ser um ideal e não deixa de ter nos seus fundamentos uma ideia quase mítica. Esta cidadania dificilmente pode ser preenchida por razões que vêm da própria história das nacionalidades europeias e das diferentes matrizes que lhes deram origem. A União Europeia não se desenvolveu, como os EUA, no sentido da construção de uma federação de estados que sustentasse uma cidadania comum. Talvez nem isso fosse possível. À parte uma longínqua tradição judaico-cristã, transversal a alguns países, faltou-lhe o cimento consistente de uma história comum, a igualdade entre países membros e o aprofundamento do sentimento de partilha e de solidariedade.

10

Hoje, a ensombrar o projeto, têm vindo a avolumar-se preocupantes indicadores de enfraquecimento ou mesmo de perigo de colapso da unidade europeia. Na verdade, os avanços para afirmação futura do ideal de cidadania e de um sentido de identidade europeus têm vindo a conhecer dramáticos bloqueamentos. Em tempo de crise, como o atual, abrem-se algumas brechas e crescem antagonismos, em particular, entre países do centro e do norte, e países do sul da Europa, devidos a confrontos, mais ou menos evidentes, entre desiguais poderes políticos, económicos e financeiros que vão revelando e ampliando diferenças históricas e culturais. Percebemos agora que a ideia de uma identidade europeia tem na sua génese equívocos que não foram acautelados e que o caminho para essa cidadania está cheio de escolhos e de imprevistos e que, por isso, deveria ser repensado. Percebemos, também, que falta a uma grande parte dos políticos europeus a dimensão de estadistas e, lembrando Umberto Eco, falta-lhes a vontade ou a preparação para rever com profundidade e criticamente o passado, historicamente recente de guerra e conflito, de modo a evitar a sua repetição e construir um futuro de paz e solidariedade para a Europa.

Sem uma intencional agenda integradora, a longo prazo, que inclua um genuíno sentimento de igualdade e de solidariedade e uma partilha justa de soberanias entre países membros, não parece possível consolidar uma cidadania europeia quando ao longo de 60 anos de percurso da União, pouco foi realizado nesse sentido e quando historicamente pouco une alguns países que constituem essa união.

Não é possível avançar para e sentir qualquer cidadania comum se não conhecermos o que partilhamos com todos os que vivem ou pretendem partilhar essa cidadania.

4. Educar para a globalização: e agora, professores? A educação e a formação constituem duas das condições centrais para jogar no campo da globalização. Conceitos como sociedade do conhecimento, sociedade da informação e sociedade tecnológica estão-lhe fortemente associados. O saber e a ciência adquiriram um papel muito mais destacado do que anteriormente. No entanto, por razões óbvias de competição no mercado global, o discurso político, a proporção dos investimentos concedidos à educação e à formação privilegiam mais os saberes de matriz tecnológica, económica e financeira do que os saberes do campo das ciências sociais e humanas. Tem vindo a ser reforçada a ideia e as iniciativas de que há estrelas curriculares – matemática, ciências, inglês, ... – ficando as outras, aos olhos do público, na obscuridade do currículo. Também nas escolas portuguesas, nesta tendência de afirmação de saberes face às necessidades do “mercado”, as disciplinas do domínio dos estudos sociais (por ex. Estudo do Meio, História e Geografia) tendem a ser menos valorizadas. No entanto, estas áreas têm as condições essenciais para promover a formação de cidadãos informados e conscientes, capazes de participar na e viver a globalização, afirmando simultaneamente a sua condição de cidadãos portugueses e do mundo.

Quaisquer que sejam os papéis e funções do futuro cidadão na arena global, a sua atuação será sempre mais consciente do lugar que ocupa e das suas relações com os outros, e terá maior impacto social positivo se detiver os conhecimentos e tiver a sensibilidade para compreender a complexidade do mundo em que vive. Os saberes e as competências técnicas e académicas que, hoje, são mais promovidas, por si só, não lhe assegurarão essa sensibilidade.

Para isso, é indispensável retomar o significado do conceito de resistência, ou seja, a ideia de que os professores são elementos centrais para a realização da equidade educativa atenuando ou anulando fatores de desigualdade que se projetam na escola. É necessário manter um ethos escolar, um ambiente educativo, um discurso e práticas curriculares que atribuam às disciplinas da área dos estudos sociais o protagonismo que devem ter na formação para a cidadania.

Há, no entanto, dificuldades à construção daquela resistência. A reflexão acerca das consequências da globalização e do neoliberalismo na educação tem vindo a diminuir de tal modo que aquelas consequências passaram a ser vistas como “normais”. Neste clima de “normalidade”, os diversos saberes e o currículo, em qualquer das suas expressões, são influenciados, mais ou menos subtilmente, de cima para baixo, numa lógica de formação para o sucesso no espaço do mercado que, embora necessária, subvaloriza as dimensões de formação pessoal e social. Este ambiente, que também influencia os professores, é um dos fatores geradores do silêncio, da passividade e do abandono do diálogo crítico sobre a educação e sobre a realidade. Há que o ter em conta e resistir-lhe!

São obviamente mais evidentes as transformações positivas geradas pela globalização na vida das pessoas, do que os aspetos menos favoráveis. É um processo incontornável e definitivo, com contornos e manifestações variáveis. Tem favorecido muitos mas muitos outros ficaram à margem. A educação é seguramente o meio para aproximar as pessoas dos benefícios da globalização e dos meios que a possibilitam.

A primeira aproximação à globalização, realizada pelos portugueses durante o período

da expansão, produziu óbvias transformações sociais, políticas, ideológicas, artísticas e económicas no ocidente e nas regiões e povos com quem os portugueses se encontraram. Seria importante que, nas escolas portuguesas, a História de Portugal abrangesse, para além do período da expansão, o estudo das suas consequências, hoje observáveis e vivas, nas culturas material e imaterial de muitos locais e nações. O estudo, nas escolas, do mapa das heranças portuguesas e do seu cruzamento com “Outros” no mundo, com expressão atual, constitui uma via de aproximação nacional à globalização e da nossa identidade às identidades de muitos “Outros”. Os povos com quem, de alguma forma, convivemos no passado, vivem muitas vezes, de forma mais intensa, os resultados desses contactos. É preciso ensinar às nossas crianças e jovens, a presença de Portugal no mundo globalizado, as teias e interdependências iniciadas no passado, mais ou menos ocultas mas que hoje ainda são atuantes.

Para concluir, a articulação da dimensão nacional com uma dimensão global, na educação básica, requer dos professores a revalorização de algumas das suas competências específicas e, particularmente, disponibilidade para realizar algumas mudanças de práticas, considerando: (1) formação e perspectivas integradas de saberes e de processos de gestão do currículo; (2) conhecimentos e informação atualizados, perspectiva global e sentido crítico, face ao mundo em que vivemos e aos acontecimentos e transformações que colocam as pessoas e as nações em posições cada vez mais desiguais; (3) disponibilidade e competências para abordagens integradoras no sentido de conceber cada tema enquanto facto social total, feito de interdependências disciplinares e de relações coerentes entre factos e realidades em diferentes contextos: local, nacional, europeu e global; (4) atitudes e competências para promover nas crianças a compreensão crítica integrada da sua própria realidade local e nacional, progressivamente alargada para espaços, realidades e culturas mais diversas, geográfica e historicamente, mais abrangentes; e (5) reconhecimento da importância essencial de ensinar a fazer escolhas numa sociedade de infinitas opções e ofertas, com base em critérios éticos e sociais.